

## A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSIÇÃO NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO-DA GRE METROPOLITANA SUL.

Fabíola Oliveira<sup>1</sup>  
Patrícia Morgana Andrade de Santana<sup>2</sup>  
Oberdan Mota Corrêa<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a inclusão tem sido objeto de debates, planejamentos, intenções e ações nas diversas instituições sociais, buscando sobretudo o caminho que permeia desde a legitimação até a conscientização, perpassando a tomada de decisão em busca da inclusão efetiva.

Um dos aspectos mais desafiadores está no campo educação, visto que é a exigência, garantida por lei, de um tratamento educacional, cuja metodologia atenda às peculiaridades dos estudantes, não só dos que estão dentro dos aspectos considerados “normal”, mas também dos que apresentam outras necessidades para o desenvolvimento como sujeito social.

Partindo desse pressuposto, entendendo a educação como direito de todos, garantida pela Constituição Federal de 1988, ratificada na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/96), cuja busca é ofertar a educação e a inclusão escolar, respeitando os diferentes tipos e graus de deficiência, e que oportunize os sujeitos a se tornarem capazes de melhorar a sua socialização, estimulando sua cognição, locomoção e linguagem, proporcionando o desenvolvimento integral; tornando a inclusão é um desafio constante. Assim, a presença do aluno com deficiência na escola demandará uma ressignificação ainda maior no interior da mesma.

Nesta direção, inserida na escola, encontra-se o componente curricular educação física, que apresenta como objeto de sua área o movimento humano, e esse movimento é compreendido como linguagem, surgindo, assim, a necessidade de proporcionar aos docentes de Educação Física, o conhecimento da realidade dos diferentes alunos que necessitam de um acolhimento educacional inclusivo. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo investigar se as Formações continuadas, promovidas pela Rede Estadual de Pernambuco-GRE Metropolitana Sul, estão dando subsídios para prática pedagógica voltada para Inclusão.

### METODOLOGIA

Segundo Prodanov (2013, p. 44) “A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico”. Nesse pressuposto, é importante a conceituação do termo método: Método, de acordo com Campoy (2018, p. 41) “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão”.

Utilizamos como método, a pesquisas quantitativa, que possibilita testar hipóteses, analisar a realidade de forma objetiva e generalizar os resultados pesquisados por meio de procedimentos estatísticos, avaliando os dados obtidos no processo da investigação. Na tentativa de levantar dados e analisar, se as formações continuadas estão dando subsídio, para

---

Pesquisa é fruto de uma das temáticas das formações continuadas realizadas pela Gre Metropolitana Sul

<sup>1</sup> Professora técnica de educação física [fabiola-hi@hotmail.com](mailto:fabiola-hi@hotmail.com) ;

<sup>2</sup> Professora técnica de educação física, [patriciamorgana@hotmail.com](mailto:patriciamorgana@hotmail.com) ;

<sup>3</sup> Professor técnico de educação especial/inclusiva , [obermota@hotmail.com](mailto:obermota@hotmail.com)

prática pedagógica voltada para inclusão, foi elaborado um questionário semiestruturado como instrumento de geração dos dados. Devido à natureza fechada do questionário utilizado e sem a interferência do entrevistador, oportunizamos aos professores um espaço para discorrerem sobre as dificuldades e desafios proporcionados pela temática da Inclusão. Nossos colaboradores foram 49 professores de Educação Física que ministram aulas nas Escolas Regulares, Escolas Integrais e Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco da GRE Metropolitana Sul, essa gerência, abrange seis Municípios.

## DESENVOLVIMENTO

Compreendida como componente curricular obrigatório, pela lei 9394/96(LDB/96), a educação física compõe uma das pastas para as formações da Coordenadoria Geral de Desenvolvimento da Educação(CGDE) da Rede Estadual de Educação de Pernambuco-GRE Metropolitana Sul. As formações da disciplina de Educação Física segue a base o Plano Estadual de Educação de Pernambuco, que cita em sua Meta 16, garantir a todos os profissionais da educação básica, a formação continuada na sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Em relação à disciplina Educação Física, uma das demandas versa em torno a temática de inclusão, pois sabe-se que nas aulas o transcorrer habitual não é tão tranquilo quando o professor se defronta com alunos sem e com deficiência na mesma turma, porém, essa realidade é amparada por Leis. Assim, temos no documento oficial do Ministério da Educação do Brasil, uma orientação que defende o acesso à educação gratuita e de qualidade para todos, têm como princípios básicos a ideia de que a escola comum é o meio mais efetivo para diminuir ou sanar a discriminação e o preconceito e observam que:

... as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Para garantir uma Educação de qualidade para as pessoas com deficiência, foram elaborados documentos, entre estes, Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) que aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança, e posteriormente a Declaração de Salamanca (1994), que aborda os Direitos humanos.

A Declaração de Salamanca apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em níveis regionais, nacional e internacionais. Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios: Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos; Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais; A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola; O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Outro documento é a LDB/96, que no “Art.58 do capítulo V- Da Educação Especial, entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” e por último a Lei Brasileira da Inclusão (LBI,2015) que no Art.27 destaca que

" A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento, possível de seus

talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesse e necessidades de aprendizagem.

Por toda crescente nas elaborações e legitimação dos documentos e leis ainda encontra-se dificuldade e para alguns campos, como expõe Silva (2008), o processo de inclusão ainda é caracterizado como recente, fazendo com que sua efetividade no âmbito escolar perpassa por barreiras, como, por exemplo, a falta de material adequado para os professores, bem como de cursos para os mesmos se inteirarem mais sobre o assunto.

Nessa conjuntura no estado de Pernambuco, mais especificamente na GRE Metropolitana Sul, no ano de 2017, houve mudanças elaboradas pela nova equipe de técnicos responsáveis pela pasta de educação especial cujas mudanças são paulatinas, porém visam materializar as leis que regem a Educação Especial, a exemplo das mudanças é desfazer as salas especiais, assim alunos em idade normal aos demais foram inseridos em salas de aula regulares e os alunos que encontravam-se fora da faixa para compor as salas, foram direcionados ao programa do Travessia inclusivo que é um Programa de Aceleração de Estudos para atender a jovens e adultos, matriculados na rede estadual de ensino, que se encontram com distorção idade/ano, possibilitando aos alunos com deficiência sua inclusão e integração com os alunos sem deficiência, a fim de minimizar os déficit educacionais e proporcionar a inclusão

Sabemos que a inclusão de pessoas com deficiências não acontecerá simplesmente porque está amparada por leis ou decretos, manter um aluno deficiente intelectual na mesma classe com alunos que não possuem deficiências não lhe garante a inclusão, pois ela não se dá pelo fato de o aluno está presente fisicamente em classe regular e sim pelo engajamento e capacidade da escola trabalhar com as diferenças individuais de seus alunos.

"Quando nos referimos à relação, ou às relações entre inclusão/exclusão, facilmente nos vem à mente a ideia de um espaço, e de estar dentro ou fora deste espaço, de estar de um lado ou de outro de uma suposta fronteira. Estabelecer os limites desta fronteira é, no mínimo, uma tarefa complicada, pois as fronteiras da exclusão aparecem, desaparecem e voltam a aparecer, se multiplicam, se disfarçam; seus limites se ampliam, mudam de cor, de corpo, de nome e de linguagem"( SKLIAR. 2001, p. 14).

Atualmente, um dos maiores desafios para o fortalecimento da escola inclusiva é a formação dos professores. A perspectiva do professor sobre sua importância como parte integrante do processo educativo torna-se um dos meios para redimensionar o seu trabalho dentro da escola resgatando e dando novos significados a sua prática pedagógica. O professor, geralmente, pela falta de uma formação continuada significativa, não se auto avalia permanentemente e costuma buscar a culpa pelo fracasso escolar na família, no sistema e no próprio aluno.

Segundo Mantoan (2003), os professores estão habituados a desenvolver sempre o mesmo trabalho e quando são submetidos a inovações educacionais como a inclusão de deficientes, tendem a rejeitar, pois o novo rompe com o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas aulas. Justificam-se argumentando que não foram preparados para trabalhar com esse tipo de alunos.

As pesquisas, nesta área, indicam que os professores de Educação Física têm encontrado dificuldades, em diferentes aspectos, para atender a demanda da inclusão educacional, o desconhecimento sobre os tipos de deficiências, as características específicas e as limitações decorrentes; o “despreparo profissional” advindo de formação acadêmica “frágil” no que diz respeito ao tema pessoa com deficiência; as características administrativas e físicas do ambiente escolar; atitudes e características dos próprios alunos com deficiência; atitudes de alunos sem deficiência que não eram favoráveis à inclusão; como planejar as aulas de Educação Física para uma turma em que há alunos com e sem deficiência e como executar o que foi planejado (FIORINI, 2011).

A partir desse contexto, percebemos a necessidade de trabalhar nas formações continuadas, a temática da inclusão com os professores de Educação física da nossa jurisdição. Iniciamos essa proposta no ano de 2018, onde convidamos o Técnico da Educação Especial para ministrar uma palestra sobre As Leis da Inclusão e realizamos o I Festival de Jogos Populares Inclusivos, que tem como objetivo: Proporcionar o resgate dos jogos populares envolvendo crianças e adolescentes com e sem deficiência, o mesmo foi realizado com a participação dos professores de educação física e 250 alunos do ensino fundamental.

No ano decorrente, foi realizado o II Seminário de Educação Física com a temática: Inclusão: um olhar através da Educação Física Escolar. Na programação do seminário, houve uma mesa redonda com o tema central: O Desafio da Inclusão nas aulas de Educação Física e duas oficinas: A capoeira e suas possibilidades e estratégias de inclusão nas aulas de educação física: o surdo tem voz e vez. Por ter atingido os objetivos e ter sido bem aceito pelos alunos com e sem deficiência, realizamos o II Festival de Jogos Populares Inclusivos, que nesta edição contemplou alunos com e sem deficiência do ensino fundamental e médio.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os dados coletados na pesquisa, observamos que 85,7% das escolas possuem alunos com deficiência, onde 64,3% são alunos com deficiência intelectual. Confirmando assim, a citação de Lemente(2002) descreve que a inclusão escolar constitui um terreno complexo de conceitos, de prática pedagógica e, apesar dos percalços sofridos, conseguiu dar o primeiro passo, a de incluir alunos com deficiência nas escolas regulares. Assim, os educadores que ministram aulas para alunos com deficiência possuem um papel relevante.

Com relação as deficiências intelectuais, em geral, a pessoa com esse tipo de deficiência, apresenta um padrão de desenvolvimento parecido com o normal, porém com um ritmo mais lento. Em alguns casos, apresentam alterações da mecânica corporal, alterações fisiológicas; presença de alterações ou deficiências do controle motor; alterações do tono muscular (especialmente nas pessoas com Síndrome de Down) e de postura, que promovem dificuldades para um estado de relaxamento e de extensão muscular (CAMPEÃO, 2006). Desta forma, o professor deverá ter o conhecimento prévio da deficiência dos alunos, para poder saber suas limitações e garantir de forma efetiva sua inclusão nas aulas de Educação Física.

Na questão relacionada as dificuldades encontradas para trabalhar com os alunos com deficiência, 55,1% ressaltou as condições de acessibilidade física. Mesmo com a Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que determina que as escolas necessitam tornar seus ambientes acessíveis a todos. Sabemos que as condições nas escolas ainda são precárias, principalmente, quanto à presença de barreiras arquitetônicas. 22,4% o não conhecimento sobre as diversas deficiências, 12,2% pouco ou nenhum conhecimento sobre inclusão e Ed. Física e 10,2% a não aceitação dos alunos sem deficiência em interagir com os alunos com deficiência.

Se tratando dos eixos curriculares mais atrativos, 85,7% marcaram os jogos e brincadeiras. Para Soler (2003, p.23), os jogos “são uma abordagem filosófica pedagógica criada para promover a ética da cooperação e a melhoria da qualidade de vida para todos, sem exceção”. E completa citando que o jogo se baseia na inclusão com o objetivo de “trabalhar com as pessoas no sentido de ampliar a participação e a integração delas no processo em curso”. Soler (2003, p.23), os jogos “são uma abordagem filosófica pedagógica criada para promover a ética da cooperação e a melhoria da qualidade de vida para todos, sem exceção”. E completa citando que o jogo se baseia na inclusão com o objetivo de “trabalhar com as pessoas no sentido de ampliar a participação e a integração delas no processo em curso”.

A última pergunta, foi sobre a formação continuada oferecida pela GRE Metropolitana Sul. 91,8% responderam que as formações, estão dando contribuições para prática pedagógica voltada para inclusão. Temos como meta, fazer com que as formações favoreça a discussão e a reflexão sobre a prática docente, e que a mesma dê oportunidade para que os professores de

Educação Física se apropriem de teorias educacionais para a elaboração de aulas que busquem construir, coletivamente, estratégias para solucionar problemas e dificuldades surgidas no chão da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as respostas obtidas, a partir do questionário diagnóstico aplicado, podemos dizer que mesmo tento um percentual de 91,8% positivo sobre as contribuições nas formações com relação a temática da Inclusão, ainda há muito que se avançar nas discussões de inclusão na educação física escolar do grupo pesquisado.

Partindo das discussões sobre a compreensão de inclusão apresentadas pelos professores pesquisados, percebemos que a mesma merece muitas outras formações específicas para que o público pesquisado possa entender a complexidade desse processo como também para se sentirem mais aptos a desenvolverem suas aulas, entendendo a inclusão não apenas do ponto de vista da boa vontade do professor em procurar metodologias adequadas para aplicar em suas aulas com os alunos, mas considerando:

[...] que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político, é preciso elevar a capacidade crítica de todos os nossos professores de modo a perceberem que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e desigualdades que precisam ser modificados (CARVALHO, 2000, p.164).

A construção de uma educação inclusiva perpassa por essa compreensão crítica que ressignifica o modelo de escola vigente, buscando outra em que deve ser possível o acesso e a permanência de todos os alunos, independente, de ter ou não deficiência.

As interfaces do contexto investigado mostram que a inclusão é um processo complexo que envolve muitos fatores para se concretizar. Não é apenas responsabilidade dos professores, ou de suas formações, embora esteja diretamente entrelaçada com esta. É sim competência de toda comunidade escolar, que precisa reconhecer a pessoa com deficiência não como coitadinho, que precisa de solidariedade, mas sim como cidadão de direitos.

**Palavras-chave:** Inclusão; Formação Continuada, Educação Física.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação e Cultura**. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares. Brasília: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. LEI N° 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996.

\_\_\_\_\_. Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei N° 13.146, de 6 de Julho de 2015.

CAMPEÃO, M.S. **Atividades esportivas para pessoa om deficiência mental**. Mestre em Educação Física. UF Rural/Rio de Janeiro. 2006.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FIORINI, M. L. S. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

LEMENTE, C.A. **Vencendo barreiras históricas de superação e inclusão da pessoa com deficiência.** Osasco: Espaço da Cidadania. 2002

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, ed. Moderna, 2003.

Secretaria de Educação de Pernambuco. **Plano estadual de Educação de Pernambuco.** 2015-2025

PRADANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª edição. Rio Grande do Sul. 2013.

SILVA, A.M.; MENDES, E.G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.14, n.2, p.217-234, 2008.

SOLER, R. **Jogos cooperativos.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

SKLIAR, Carlos. **Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade.** 2ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 7-22.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 set. 2019.